



TEXTO PARA DISCUSSÃO

ISSN 0103-9466

444

Impactos da pandemia na estrutura social

Waldir Quadros

Abril 2023



UNICAMP

ie Instituto de
economia

Impactos da pandemia na estrutura social

Waldir Quadros¹

Resumo

De início é importante ter presente a grave crise que antecede a pandemia. Ela começa em 2015 como decorrência da desastrosa política econômica da dupla Dilma e Levy, que interrompe o ciclo de desenvolvimento iniciado em 2004. Só em 2019 a situação começa a retornar ao patamar de 2014, com o país perdendo cinco anos de desenvolvimento. É quando irrompe a crise da pandemia. A crise social tem várias dimensões, entretanto a mobilidade descendente é uma das consequências sociais mais graves das crises econômicas, sendo uma verdadeira tragédia para famílias que a enfrentam. O rebaixamento social provoca uma severa queda na renda familiar, não bastando alguns ajustes no consumo corrente. Medidas bem mais sérias se fazem necessárias. Bens e serviços consumidos por estas famílias sofreram fortes restrições, afetando condições de moradia, transporte, escolas dos filhos, planos de saúde, lazer etc. Assim, estas famílias sofrem uma drástica deterioração em seus padrões de vida.

Palavras chave: Mobilidade social, Crise social, Rebaixamento do padrão de vida.

Abstract

Pandemic impacts on the social structure

At the outset, it is important to bear in mind the serious crisis that precedes the pandemic. It starts in 2015 as a result of the disastrous economic policy of the duo Dilma and Levy, which interrupts the development cycle started in 2004. Only in 2019 will the situation begin to return to the level of 2014, with the country losing five years of development. That's when the pandemic crisis erupts. The social crisis has several dimensions, however downward mobility is one of the most serious social consequences of economic crises, being a real tragedy for families who face it. The social demotion causes a severe drop in family income, and a few adjustments in current consumption are not enough. Much more serious measures are needed. Goods and services consumed by these families were severely restricted, affecting living conditions, transportation, children's schools, health plans, leisure, etc. Thus, these families suffer a drastic deterioration in their living standards.

Keywords: Social mobility, Social crisis, Lowering of the living standard.

JEL: E24.

1. Apresentação

Antes de mais nada, é necessário destacar o inaceitável número de mortos pela Covid no Brasil (700 mil pessoas!), em grande parte resultado da anticientífica e criminosa condução do problema pelo governo federal.

(1) Professor aposentado do IE/Unicamp onde é pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho – CESIT. Professor da Facamp de 2013 a 2022. Nossos agradecimentos ao colega Dr. Alexandre Gori Maia, Professor do IE/Unicamp. Sem sua colaboração seria impossível realizar minhas pesquisas.

Em relação aos impactos na estrutura social é importante ter presente a grave crise que antecede a pandemia. Ela começa em 2015 como decorrência da desastrosa política econômica da dupla Dilma e Levy, que interrompe o ciclo de desenvolvimento iniciado em 2004.

O exagerado e linear corte no gasto público, acompanhado da imprudente elevação abrupta das tarifas de energia e combustível, impõem ao país uma seríssima recessão acompanhada de inflação. O governo Temer mantém a política econômica neoliberal, acrescentando o fatídico teto de gastos.

Só em 2019 a situação começa a retornar ao patamar de 2014, com o país perdendo cinco anos de desenvolvimento. É quando irrompe a crise da pandemia que iremos tratar neste ensaio.

As Tabelas 1 e 2 apresentam os dados globais do desempenho 2019 -2021, evidenciando que o maior retrocesso ocorreu em 2020 e que a deterioração continua em 2021.

A piora na estratificação das famílias atinge tanto as duas camadas superiores da Classe Média, que regredem, como as camadas populares, que crescem.

Cabe esclarecer que na elaboração da Tabela 2, as porcentagens da Tabela 1 referentes aos anos de 2019 e 2020 foram aplicadas no total da população em 2021 (212.650 mil pessoas). Com isso procuramos isolar o crescimento vegetativo e as variações anuais podem ser atribuídas exclusivamente à mobilidade social.

Tabela 1
Estratificação social da população 2019-2021
Brasil
(em %)

| Anos | Alta Classe Média | Média Classe Média | Baixa Classe Média | Pobres | Miseráveis | Total |
|------|-------------------|--------------------|--------------------|--------|------------|-------|
| 2019 | 10,4 | 17,4 | 40,1 | 23,2 | 8,9 | 100,0 |
| 2020 | 8,5 | 15,0 | 43,6 | 24,8 | 8,1 | 100,0 |
| 2021 | 8,2 | 13,1 | 40,1 | 26,8 | 11,7 | 100,0 |

Fonte: IBGE – PNAD Anual.

Tabela 2
Estratificação social da população 2019-2021
Brasil
(em mil pessoas)

| Anos | Alta Classe Média | Média Classe Média | Baixa Classe Média | Pobres | Miseráveis | Total |
|------|-------------------|--------------------|--------------------|--------|------------|---------|
| 2019 | 22.116 | 37.001 | 85.273 | 49.335 | 18.926 | 212.650 |
| 2020 | 18.075 | 31.898 | 92.716 | 52.737 | 17.225 | 212.650 |
| 2021 | 17.496 | 27.956 | 85.346 | 56.976 | 24.877 | 212.650 |

Fonte: IBGE – PNAD Anual.

Observa-se na Tabela 2 que as famílias da Alta classe média sofrem uma redução de quatro milhões de pessoas em 2020 e outras 600 mil em 2021, acumulando 4,6 milhões no biênio.

Na Média classe média a retração foi de respectivamente 5,1 milhões e 3,9 milhões, totalizando 9 milhões.

Na Baixa classe média (pobres intermediários) ocorre um aumento de 7,4 milhões em 2020, resultado do encolhimento das camadas superiores, e uma queda do mesmo tamanho (7,4 milhões) em 2021. Ou seja, em 2021 ela abrange o mesmo número de pessoas que incorporava em 2019.

Entre os Pobres, o crescimento foi de 3,4 milhões em 2020 e de 4,2 milhões em 2021, somando 7,6 milhões. Finalmente, os Miseráveis caem 1,7 milhão em 2020 e aumentam em 7,7 milhões em 2021, acumulando uma expansão de seis milhões.

Em termos globais, a piora também se manifesta na renda familiar média e per capita, como se verifica na Tabela 3, com sucessivas reduções no biênio.

Tabela 3
Renda familiar média e per capita 2019-2021
Brasil
(em R\$*)

| Anos | Renda Familiar Média | Renda Familiar Per Capita |
|------|----------------------|---------------------------|
| 2019 | 4.919 | 1.607 |
| 2020 | 4.503 | 1.445 |
| 2021 | 4.250 | 1.376 |

*a preços de out./2021, deflator INPC.

Fonte: IBGE – PNAD Anual.

Caso o exame da variação dos rendimentos médios das várias camadas sociais seja realizado apenas levando em conta a variação apresentada em cada ano, ele pode ocultar a real dimensão da crise.

E isso porque as magnitudes das camadas sociais variam ao longo dos anos, refletindo a mobilidade social.

Assim sendo, a análise deve considerar essas duas dimensões: variação na renda média e mobilidade social, como iremos desenvolver a seguir.

Começemos com o exame da variação da renda familiar média das camadas sociais de 2019 a 2020, que é a forma convencional, como se apresenta nas Tabelas 4, 5 e 6.

Tabela 4
Renda familiar média 2019-2021
Brasil
(em R\$*)

| Ano | Alta Classe Média | Média Classe Média | Baixa Classe Média | Pobres | Miseráveis | Total |
|------|-------------------|--------------------|--------------------|--------|------------|-------|
| 2019 | 19.021 | 6.735 | 3.348 | 1.714 | 389 | 4.919 |
| 2020 | 18.714 | 6.655 | 3.306 | 1.751 | 432 | 4.503 |
| 2021 | 18.511 | 6.709 | 3.333 | 1.716 | 406 | 4.250 |

*a preços de out/2021, deflator INPC.

Fonte: IBGE – PNAD Anual.

Tabela 5
Variação anual na renda familiar média 2019-2021
Brasil
(em R\$)

| Ano | Superior | Médio | Baixo | Inferior | Ínfimo | Total |
|---------|----------|-------|-------|----------|--------|-------|
| 2020-19 | -307 | -80 | -42 | 37 | 43 | -416 |
| 2021-20 | -203 | 53 | 27 | -35 | -26 | -253 |

*a preços de out/2021, deflator INPC.

Fonte: IBGE – PNAD Anual.

Tabela 6
Variação anual na renda familiar média 2019-2021
Brasil
(em %)

| Ano | Superior | Médio | Baixo | Inferior | Ínfimo | Total |
|---------|----------|-------|-------|----------|--------|-------|
| 2020-19 | -1,6 | -1,2 | -1,2 | 2,2 | 11,2 | -8,5 |
| 2021-20 | -1,1 | 0,8 | 0,8 | -2,0 | -5,9 | -5,6 |

Fonte: IBGE – PNAD Anual.

Porém, a análise direta das variações anuais contempla a realidade das famílias que permaneceram em suas camadas originais, apenas perdendo parte de seus rendimentos.

Desta forma, as perdas em cada camada são compatíveis com a dimensão da crise no biênio. Ou seja, normalmente podem ser enfrentadas com ajustes em seus gastos correntes.

Entretanto, outra dimensão crucial da crise se expressa na grave perda de rendimentos das famílias que regridem na estrutura social, como veremos a seguir.

2. Mobilidade social descendente

A mobilidade descendente é uma verdadeira tragédia para famílias que enfrentam esta situação, sendo uma das consequências sociais mais graves das crises econômicas.

Ela é provocada pelas demissões e, quando os trabalhadores conseguem novos empregos, eles são contratados com rendimentos inferiores. Generaliza-se o desemprego, a precarização e a informalidade.

Foi muito comum nesta época encontrar motoristas de Uber que anteriormente eram profissionais qualificados e melhor remunerados.

Adicionalmente, os jovens não conseguem ingressar no mercado de trabalho ou, quando conseguem, defrontam-se com condições bastante adversas.

Com a forte perda de rendimentos das famílias rebaixadas na estrutura social, que examinaremos a seguir, não bastam alguns ajustes no consumo corrente. Medidas bem mais sérias se fazem necessárias.

Bens e serviços consumidos por estas famílias sofreram fortes restrições, afetando condições de moradia, transporte, escolas dos filhos, planos de saúde, lazer etc.

Ou seja, estas famílias sofrem um drástico rebaixamento em seus padrões de vida.

A mobilidade é um tema bastante estudado pela sociologia, e avançou bastante no Brasil com o trabalho clássico do Prof. José Pastore².

Entretanto, estes estudos dependem da realização pelo IBGE dos suplementos específicos dedicados ao tema, com periodicidade variada e prazo relativamente longo entre eles.

Porém, o exame das variações na estrutura sócio ocupacional oferece um caminho alternativo e complementar para a análise dos contornos mais gerais do tema, com a vantagem de poder se apoiar nos dados das PNADs anuais realizadas pelo IBGE. Este é o caminho que trilhamos desde há muito tempo, nos inspirando em autores de relevo como Hasenbalg e Valle Silva³.

Como já apontamos em trabalhos anteriores⁴, no período de dinamismo que o Brasil vivenciou, grosso modo, entre 2004 e 2014, a mobilidade ascendente foi muito forte, principalmente nas camadas populares, que apresentaram uma muito expressiva redução. A contrapartida foi sua ascensão para camadas superiores, notadamente para a Baixa classe média.

Ainda que sem o mesmo dinamismo das camadas populares, também as Alta e Média classes médias apresentam expansão no período.

Este ciclo de melhorias é interrompido em 2015⁵ com o forte e mal concebido ajuste fiscal, acompanhado de elevação brusca nas tarifas de energia e combustíveis.

Com isso ingressamos num período de forte recessão seguido de estagnação. Só em 2019 nos aproximamos da estrutura social vigente em 2014.

(2) Cf. Pastore (1979).

(3) Cf. Hasenbalg (1988).

(4) Cf. Quadros (2019).

(5) Cf. Quadros (2021).

Contudo, aí enfrentamos os impactos da Covid e da paralisia econômica.

Como diz o Prof. Januzzi: “Nos últimos cinco anos, as perspectivas mudaram completamente, certamente ampliando a imobilidade e o descenso sócio ocupacional, antes da pandemia de covid, vale ressaltar”. Prosseguindo: “Com a pandemia de covid-19, o quadro que já era ruim acabou piorando, como sugere a saída de mais de 8 milhões de ocupados na força de trabalho em 2020, segundo as pesquisas do IBGE” (Januzzi, 2022).

Com os dados da Tabela 2 construímos a Tabela 7, que apresenta as variações no número de pessoas nas várias camadas, em cada ano do biênio.

Tabela 7
Variações na estratificação social da população 2019 – 2021
Brasil
(em mil pessoas)

| Anos | Alta Classe Média | Média Classe Média | Baixa Classe Média | Pobres | Miseráveis | Total |
|---------|-------------------|--------------------|--------------------|---------|------------|-------|
| 2020-19 | - 4.040 | - 5.104 | + 7.443 | + 3.402 | - 1.701 | - |
| 2021-20 | - 580 | - 3.941 | - 7.370 | + 4.238 | +7.652 | - |

Fonte: IBGE – PNAD Anual.

Combinando os dados das Tabelas 4 e 7, verificamos que as 4 milhões de pessoas que caíram da Alta para a Média classe média⁶ em 2020 (Tabela 7) tiveram sua renda média reduzida de R\$ 19.021 que tinham na **Alta classe média** em 2019, para R\$ 6.655 que passaram a obter na Média classe média em 2020 (Tabela 4). Ou seja, tiveram uma perda de R\$ 12.366, equivalentes a 65%!

Continuando na Alta classe média, as 0,6 milhão que caíram em 2021, passaram de R\$ 18.714 para R\$ 6.709, perdendo R\$ 12.005 equivalente a 64%.

Prosseguindo neste exercício, verifica-se que na **Média classe média** os 5,1 milhões que desceram para a baixa classe média em 2020, tiveram seus rendimentos reduzidos de R\$ 6.735 em 2019 para R\$ 3.306 em 2020, perdendo R\$ 3.429 (- 51%). Em 2021 outros 3,9 milhões perdem posição, com redução de

R\$ 6.655 para R\$ 3.333, caindo R\$ 3.322 (- 50%).

Em 2020, a **Baixa classe média** cresce em 7,4 milhões de pessoas que perderam posição, com redução em seus rendimentos familiares de R\$ 6.735 na Média classe média, para R\$ 3.306, ou seja, menos R\$ 3.429 (- 51%). Em 2021 caem da Baixa classe média 7,4 milhões de pessoas, que passam de R\$ 3.306 para R\$ 1.716, com perda de \$ 1.590 (- 48%).

Em 2020, os **Pobres** aumentaram em 3,4 milhões, que caíram de uma renda de R\$ 3.348 para R\$ 1.751, ou seja – R\$ 1.597 (- 48%). Em 2021 o aumento foi de mais 4,2 milhões, com queda em seus rendimentos de R\$ 3.306 para R\$ 1.716 (- 53%).

(6) Neste exercício supõe-se que cada camada cai uma posição de um ano para outro.

Por fim, os **Miseráveis** revelam em 2020 uma redução de 1,7 milhão, que presumivelmente sobem para a camada de pobres, com um espantoso aumento na renda familiar de R\$ 389 para R\$ 1.751 (+ R\$ 1.362). Porém, em 2021 aumentam em 7,7 milhões que caem de R\$ 1.751 para R\$ 406 (- R\$ 1.345, - 77%)!

Partindo de metodologia diversa e combinando dados da PNAD com os da Receita Federal (declarações do Imposto de Renda), Neri e Hecksher, em robusta pesquisa recente concluem que em 2019 a grande perdedora foi a Classe Média (41% mais pobres a 90% mais ricos), com redução de 4,2% nos rendimentos. Sofrem menos os 10% mais ricos (perdas de 1,2%) e os 40% mais pobres conseguem ganhos de 0,2% por força do auxílio emergencial (Neri, 2023).

3. A desigualdade racial

As Tabelas 8, 9 e 10 apresentam a estratificação social das populações branca, parda e preta.

De imediato, ressalta-se uma estrutura social mais favorável da população branca, com proporções mais elevadas nas camadas superiores e menores nas inferiores.

O contrário se verifica nas populações pardas e pretas, com maiores proporções de Pobres e Miseráveis.

Tabela 8
Estratificação social da população branca 2019 – 2021
Brasil
(em %)

| Anos | Alta Classe Média | Média Classe Média | Baixa Classe Média | Pobres | Miseráveis | Total |
|------|-------------------|--------------------|--------------------|--------|------------|-------|
| 2019 | 16,6 | 23,2 | 39,2 | 16,0 | 5,0 | 100,0 |
| 2020 | 13,8 | 20,2 | 42,9 | 17,6 | 5,5 | 100,0 |
| 2021 | 13,3 | 18,0 | 41,8 | 19,6 | 7,4 | 100,0 |

Fonte: IBGE – PNAD Anual.

Tabela 9
Estratificação social da população parda 2019 – 2021
Brasil
(em %)

| Anos | Alta Classe Média | Média Classe Média | Baixa Classe Média | Pobres | Miseráveis | Total |
|------|-------------------|--------------------|--------------------|--------|------------|-------|
| 2019 | 5,5 | 13,0 | 40,3 | 29,0 | 12,1 | 100,0 |
| 2020 | 4,5 | 11,0 | 43,9 | 30,4 | 10,3 | 100,0 |
| 2021 | 4,3 | 9,2 | 38,5 | 32,5 | 15,5 | 100,0 |

Fonte: IBGE – PNAD Anual.

Tabela 10
Estratificação social da população preta 2019 – 2021
Brasil
(em %)

| Anos | Alta Classe Média | Média Classe Média | Baixa Classe Média | Pobres | Miseráveis | Total |
|------|-------------------|--------------------|--------------------|--------|------------|-------|
| 2019 | 3,5 | 10,4 | 41,6 | 32,0 | 12,5 | 100,0 |
| 2020 | 3,8 | 11,1 | 46,5 | 29,6 | 9,0 | 100,0 |
| 2021 | 5,1 | 13,0 | 43,7 | 27,5 | 10,8 | 100,0 |

Fonte: IBGE – PNAD Anual.

Por outro lado, esses dados apontam que, em termos panorâmicos, os grupos raciais sofreram a mesma mobilidade descendente que abordamos anteriormente.

Além dos efeitos dramáticos da queda na estrutura social e do agravamento da pobreza e miséria, os dados e especialistas em saúde pública revelam que a mortalidade por Covid entre os negros é mais elevada do que a da população em geral (Cf. Bierrembach, 2022).

Adicionalmente, a crise social provocada pela paralisia econômica afetou com mais severidade os pobres, negros em sua maioria.

Uma causa determinante deste fenômeno reside na desigual magnitude do desemprego nos diversos grupos raciais. O desemprego está na raiz do aumento acentuado da informalidade e da precarização, pois quem perde o emprego geralmente aceita qualquer oportunidade de obter algum rendimento.

Em 2019, antes da pandemia, portanto, o desemprego entre os brancos foi de 4,3 milhões (34,4% do total) e de 8,1 milhões entre os negros (64,8%)! Em 2021 esses números crescem para 5,1 milhões entre os brancos (35,2% do total) e para 9,3 milhões entre os negros (64,1%), com um crescimento ligeiramente superior para os brancos.

Isolando os **Pobres e Miseráveis**, em 2019 eles atingem 1,4 milhão entre os brancos (25,3% do segmento) e 4,2 milhões entre os negros (74,0%). Em 2021 estes números passam a 2,3 milhões entre os brancos (28,0% do segmento) e 5,8 milhões entre os negros (71,4%).

Evidencia-se, assim, o enorme predomínio dos negros (pretos e pardos) entre os desempregados das camadas mais desfavorecidas (pobres e miseráveis).

Para concluir, merece registro a grande ausência dos indígenas nesta discussão sobre desigualdade racial.

Apesar da sua enorme relevância, os dados disponíveis não permitem análises como a que realizamos para brancos e negros. Aqui, a melhor abordagem analítica é a antropológica, que não necessita de representatividade estatística.

É importante enfatizar que esta circunstância decorre do brutal massacre que os povos indígenas foram vítimas ao longo da história do Brasil (e de outras ex-colônias). Assim, o que existe

na atualidade é um pequeno número de sobreviventes dos povos que ocupavam originalmente o território colonizado, e que foram sistematicamente dizimados para permitir a ocupação pelos colonizadores.

Bibliografia citada

ARAÚJO, E.; CALDWELL, K. Por que a COVID-19 é mais mortal para a população negra? In: ABRASCO, G. T. *Racismo e saúde*. Rio de Janeiro: Jul. 2020. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/gtracismoesaude/2020/07/20/por-que-a-covid-19-e-mais-mortal-para-a-populacao-negra-artigo-de-edna-araujo-e-kia-caldwell/>.

BIERREMBACH, A. L. 5 pontos sobre desigualdades raciais e os impactos da pandemia. *Nexo Políticas Públicas*, São Paulo, Jan. 2022. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/perguntas-que-a-ciencia-ja-respondeu/2022/5-pontos-sobre-desigualdades-raciais-e-os-impactos-da-pandemia>.

HASEMBALG, C. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. 2. ed. Belo Horizonte / Rio de Janeiro: Editora da UFMG / IUPERJ, 2005.

HASENBALG, C.; SILVA, N. do Valle. *Estrutura social, mobilidade e raça*. Rio de Janeiro: Vértice, 1988.

JANUZZI, P. M. *Mobilidade social no Brasil: da ascensão ao descenso sócio- ocupacional em 5 anos*. Abr. 2022. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/ponto-de-vista/2022/Mobilidade-social-no-Brasil-da-ascens%C3%A3o-ao-descenso-s%C3%B3cio-ocupacional-em-5-anos>.

NERI, M. C. (Coord.); HECKSHER. *Mapa da riqueza no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV Social, fev. 2023. Disponível em: www.fgv.br/cps/riqueza.

PASTORE, J. *Desigualdade e mobilidade social no Brasil*. São Paulo: T.A. Queiroz/Edusp, 1979.

QUADROS, W. J. *A profundidade da crise atual*. Campinas: Unicamp. IE, set. 2019. (Texto para Discussão, n. 361).

QUADROS, W. J. *A crise da classe média pré-pandemia (2015-2019)*. (Texto para Discussão, n. 413). Campinas: Unicamp. IE, maio 2021.